



Travessia

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 7317828505
ECT/DRIMG/CENTRO
APESJF SSind. PUBLICAÇÕES

Março/2010

Nº 67

Foto Eduardo Leão

29º Congresso do ANDES-SN afirma sindicato independente e autônomo, pág 6 e 7



Veja ainda

Comissão Eleitoral divulga calendário para escolha de reitor na UFJF, pág. 4

Professores do IFETJF se mantêm na APESJF, pág. 5

APESJF participa de ato do dia 8 de março, pág. 4

Sindicato assina Carta Denúncia contra BR 440, pág.5

Artigo
Reformas Educacionais na Globalização,
parte 2, pág.8

ANDES realiza
eleições para
diretoria, pág. 3

Editorial

A UFJF completa meio século de existência em 2010. A criação de diversas universidades federais em 1960 foi um dos últimos atos do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Se a nossa universidade não está entre as mais antigas do país, sem dúvida, pode se orgulhar de ser uma das que primeiro introduziram o processo democrático para a eleição de seus dirigentes.

Não é demais lembrar aos que entraram em tempos recentes na UFJF que nem sempre foi assim. Até 1968, quando os militares impuseram a Reforma Universitária, a forma de escolha do reitor era limitada a um Colégio Eleitoral que indicava uma Lista Tríplice para definição do Presidente da República, o mesmo acontecendo com os diretores de unidades. Com a reforma universitária, esta lista passou a sêxtupla. Em tudo por tudo, a nomeação se dava de acordo com interesses políticos do governo, independente dos atributos e qualidades dos indicados, ainda que na UFJF, os reitores nomeados deram mostra, quando necessário, de serem estritos defensores da instituição.

Nos final dos anos setenta, os trabalhadores, estudantes e intelectuais foram às ruas para cobrar liberdades, a eleição do presidente da república, a anistia e a volta dos expatriados, o fim dos atos de exceção. Esta movimentação popular atingiu de cheio as universidades que passaram a ter no horizonte a Autonomia da Universidade como meta, tendo como um dos pontos centrais a democratização da universidade brasileira, tanto na eleição dos seus dirigentes quanto no funcionamento de suas estruturas.

É preciso lembrar que a Autonomia Universitária não é um capricho dos que labutam incessantemente pela consolidação dessa instituição milenar. Na defesa da Autonomia, deve-se fazer referência à criação da Universidade de Berlim, em 1809, em que o conceito de Autonomia foi firmado no escopo do Estado, e no movimento estudantil de 1918, na cidade de Córdoba, Argentina, que iniciou um processo radical de modernização e democratização das universidades na América Latina.

Nesse contexto de renovação, graças aos esforços da comunidade universitária do país inteiro, a Autonomia Universitária foi inscrita na Constituição de 1988. Porém, na prática, os governos mantiveram as limitações à Autonomia Universitária com a interferência do Estado na universidade pública, desconhecendo que no processo de Autonomia da universidade não estão excluídos os controles sociais necessários. O Estado, no entanto, cobra um controle mais direto, tanto na nomeação dos dirigentes quanto no controle político de recursos. Dessa forma, nasceram as regulamentações para a eleição de reitores nas universidades públicas. Não é o que se deseja e, inúmeras vezes, isto tem sido apontado como contradição à vontade expressa da comunidade, portanto, à autonomia da própria universidade. A autonomia universitária clama por um processo eleitoral que se esgote no âmbito da própria universidade.

Não é isto que temos hoje. Dirão alguns, por que então fazer a eleição do reitor? Trata-se de uma conquista histórica, que demandou uma intensa luta e não pode ser abandonada. Trata-se de um exercício que pretende espriar o processo democrático para toda a vida universitária. Por fim, trata-se de um esforço para alcançar a autonomia plena da universidade, alicerce fundamental para alcançar o conhecimento científico por meio da pesquisa independente, a transmissão do conhecimento e realização da extensão. Assim, se consolida o saber e frutificam as artes e a cultura.

Na próxima eleição, não temos outra opção que não seja a participação no processo eleitoral para a eleição da UFJF. Mais que os nossos interesses corporativos, falam mais alto os interesses da comunidade universitária formada por professores, técnicos administrativos e estudantes. Vamos participar para acumular forças e continuar a lutar por uma universidade pública que viva plenamente a sua autonomia. Aí, teremos uma verdadeira vida universitária!

A Diretoria

A Espetacularização da Notícia

O imenso espetáculo de luzes e cores que se formou em volta do julgamento dos condenados por matar a menina Isabela, o casal Nardoni, é um exemplo limite do modo como a mídia brasileira está imersa nas leis de mercado, regida pelo lucro e assim destituída do seu sentido público

Sem entrar no mérito sobre culpa, acusação, defesa, o que se fez em volta do fato vai contra até mesmo o que se poderia esperar de uma mídia responsável inserida numa economia de mercado, porém de concessão pública como base da distribuição de canais e meios.

Desde o início do julgamento, os meios de comunicação se esmeraram em transformar todo o processo em algo muito mais próximo do que podemos chamar de entretenimento do que de jornalismo. Temos enredo, roteiros, a exploração das emoções envolvidas no crime, a exacerbação do tempo gasto com a questão, comentaristas, reconstituição da cena criminal etc etc. O que deveria se restringir ao noticioso se transforma num show que fatura milhões em publicidade. Alguns jornalistas chegaram a se perguntar na TV o que levava um julgamento a provocar uma comoção nacional, sem se dar conta, ou dissimulando tal noção, de que foi a própria mídia que a causou, com excesso de holofotes e dramatização da realidade.

Tal dramatização pode muito bem afetar o julgamento dos jurados que, mesmo sendo obrigados a se submeterem aos aspectos objetivos do processo, não deixam de participar da aldeia global em que todos nos situamos.

A falta do sentido público aos meios de comunicação se coloca nesta questão de forma escancarada. No lugar da preocupação com a informação e a promoção do debate ou de qualquer tipo de reflexão derivada dos fatos, o bombardeio de imagens em tempo real, levados como grande show torna-se a base mercadológica que norteia e dirige as empresas, principalmente de televisão e rádio.

Mais uma vez aqui se repete a lógica da mercantilização da realidade em que o interesse privado, comandado pelas leis de mercado e toda a sua lógica perversa se contrapõe o interesse público que poderia contribuir para uma sociedade mais consciente e democrática.

Dentro dessa oferta/procura, o show da vida passa na TV. Compramos os produtos e consumimos a diversão, anestesiados, como se não fossem vidas, mas um reality show em que alguém vai ser eliminado e alguém vai faturar um milhão e ser feliz para sempre.

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

Prof^o. Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração
 Prof^a. Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social
 Prof^o. Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado
 Prof^a. Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física
 Prof^a. Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH
 Prof^o. Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
 Prof^a. Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII

Presidente
 Vice-Presidente
 Secretário Geral
 1^a Secretária
 2^a Secretária
 1^o Tesoureiro
 2^o Tesoureiro

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão /
 Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares
 / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 /

Foto Eduardo Leão



Profª Marina Lança a chapa no 29º Congresso

As eleições para a nova diretoria do ANDES SN para o Biênio 2010/2012 vão se realizar nos dias 11 e 12/05. A Comissão Eleitoral do ANDES recebeu duas propostas de inscrição, no entanto, apenas a chapa 1 Andes Autônoma e Democrática foi homologada, já que a chapa dois não conseguiu completar o quadro de candidatos. Veja acima a relação dos candidatos da única chapa homologada.

- Presidente - Marina Barbosa Pinto (ADUFF)
- 1º Vice-Presidente - Luiz Henrique Schuch (ADUFFel)
- 2º Vice-Presidente - Luis Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ)
- 3º Vice-Presidente - Osvaldo Luis Angel Coggiola (ADUSP)

- Secretário Geral - Márcio Antônio de Oliveira (APESJF)
- 1ª Secretária Zuleide - Fernandes de Queiroz (SINDURCA)
- 2º Secretário - Cesar Augusto Minto (ADUSP)
- 3º Secretário - Milton Vieira do Prado Junior (ADUNESP)

- 1º Tesoureiro - Helvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO)
- 2º Tesoureiro - Almir Serra Martins Menezes Filho (ADURN)
- 3ª Tesoureira - Maria Suely Soares (APUFPR)

Informes

Plenária dos SPFs

Trabalhadores de diferentes segmentos do serviço público participaram da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, no dia 14/3, no Auditório do SENAC, em Brasília (DF), organizada pela CNESF para discutir os eixos da luta unificada das diferentes categorias para 2010, além de um calendário de atividades para deflagrar a Campanha Salarial.

Os presentes aprovaram cinco eixos centrais para a luta unificada dos servidores públicos federais: contra o PLP 549/09 (que limita os gastos com os servidores federais por dez anos); contra o PL 298/98 (que trata da avaliação de desempenho do servidor); contra a regulamentação do direito de greve, contra a PEC 341 (que retira da Constituição Federal todos os direitos sociais) e pela paridade entre ativos e aposentados, com garantia de integralidade de vencimentos para os últimos.

A Plenária apontou o dia 1º de abril como data para realização de atos, protestos e mobilizações nos estados, incluindo aí conversas com parlamentares. Ficou definido também que, entre 12 e 18/4, os servidores públicos federais realizarão um grande ato nacional em Brasília, com a presença de caravanas vindas de todos os Estados.

Pré-sal

Cerca de dois mil estudantes de diversas universidades e escolas técnicas mobilizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) invadiram o gramado do Congresso 24/03 para pedir 50% do fundo social do pré-sal para a Educação

Formação Sindical

O ANDES-SN e a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo – ADUFES Seção Sindical promovem um Curso de Formação Sindical, em Vitória - ES, de 23 a 25/4.

As inscrições estão abertas para sindicalizados até 5/4. Os interessados devem procurar suas Seções Sindicais para que elas efetivem as inscrições na Secretaria do ANDES.

APUR

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB já conta oficialmente com sua própria Seção Sindical do ANDES-SN desde 22/3, quando foi concluído o processo de registro em cartório da APUR - Seção Sindical

Demonstrativos de Receitas e Despesas

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA CAMPUS UNIVERSITÁRIOS DA UFJF, SN - MARTELOS - CEP 36101-000 - JUIZ DE FORA - MG TEL./FAX (032)3215-1286 CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1 REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO		APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA CAMPUS UNIVERSITÁRIOS DA UFJF, SN - MARTELOS - CEP 36101-000 - JUIZ DE FORA - MG TEL./FAX (032)3215-1286 CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1 REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO	
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS		DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
OUTUBRO/2009		NOVEMBRO/2009	
RECEITAS	62.797,71	RECEITAS	56.886,90
FIXAS	53.577,35	FIXAS	52.982,99
Contr. Dos Sindicalizados	53.577,35	Contr. Dos Sindicalizados	52.982,99
VARIÁVEIS	2.399,56	VARIÁVEIS	389,70
Mens Ch Apes	0,00	Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00	Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,00	Outras Receitas	1,60
Rendimentos Financeiros	2.019,56	Rendimentos Financeiros	8,10
Taxa de Administração	0,00	Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00	Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00	Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	6.820,80	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	3.514,21
Bar Apes	0,00	Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	6.565,00	Recuperação Baile	3.390,00
Recuperação Despesas	255,80	Recuperação Despesas	124,21
DESPESAS	60.834,17	DESPESAS	38.811,29
RECURSOS HUMANOS	20.228,72	RECURSOS HUMANOS	20.431,29
EMPREGADOS COM VÍNCULO	12.769,62	EMPREGADOS COM VÍNCULO	12.604,90
13º Salário	0,00	13º Salário	0,00
Anuênio	1.857,25	Anuênio	1.026,78
Assistência Médica	25,74	Assistência Médica	25,74
Farmácia	0,00	Farmácia	0,00
Férias	1.409,40	Férias	2.052,88
Gratificação	1.197,00	Gratificação	1.409,40
PAT	105,23	PAT	742,87
Pis s/ folha	0,00	Pis s/ folha	102,29
Rescisões	7.529,38	Rescisões	0,00
Salários	0,00	Salários	6.738,00
Uniformes e Equip. Segurança	605,62	Uniformes e Equip. Segurança	0,00
Vale Transporte	3.784,10	Vale Transporte	507,74
ENCARGOS SOCIAIS	6.918,26	ENCARGOS SOCIAIS	4.131,39
F.G.T.S.	2.945,84	F.G.T.S.	898,11
I.N.S.S.	3.695,00	I.N.S.S.	3.233,28
ASSESSORIAS	1.535,00	ASSESSORIAS	3.695,00
Contábil	2.160,00	Contábil	1.535,00
Jurídica	0,00	Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	941,92	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00
Impostos e Taxas	941,92	Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00	Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.352,50	DESPESAS FINANCEIRAS	1.298,01
Bancária	1.352,50	Bancária	1.225,10
Juros Passivos	0,00	Juros Passivos	72,91
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	24.763,74	INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	3.537,99
Água, Luz	0,00	Água, Luz	0,00
Alimentação	98,49	Alimentação	140,45
Aluguel	0,00	Aluguel	0,00
Bens Móveis	0,00	Bens Móveis	0,00
Brindes	0,00	Brindes	0,00
Condomínio	267,61	Condomínio	264,61
Conservação e Reparos	215,00	Conservação e Reparos	0,00
Contratatação	17.662,12	Contratatação	0,00
Despesas Postais	781,80	Despesas Postais	447,20
Doações	0,00	Doações	0,00
Manutenção de Equipamentos	139,00	Manutenção de Equipamentos	0,00
Material de Consumo	205,87	Material de Consumo	119,00
Material de Escritório	285,80	Material de Escritório	142,30
Material de Limpeza	471,70	Material de Limpeza	33,69
Material de Limpeza	471,70	Outras	638,13
Outras	2.125,06	Publicações	0,00
Publicações	0,00	Seguro	0,00
Seguro	0,00	Serv Prest. Pessoa Física	121,35
Serv Prest. Pessoa Física	0,00	Serv Prest. Pessoa Jurídica	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	1.423,04	Suprimentos p/Informática	1.141,09
Suprimentos p/Informática	0,00	Telefone/Fax/Internet	15,00
Telefone/Fax/Internet	1.034,65	Transporte	475,17
Transporte	63,20	Xerox	0,00
Xerox	0,40		
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00	COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	799,20
Assinatura de Jornais Revistas	0,00	Assinatura de Jornais Revistas	799,20
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	0,00	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	1.481,04
CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	0,00	CONGRESSOS/CONADS/CONEDS	0,00
Diárias	0,00	Diárias	0,00
Passagens	0,00	Passagens	0,00
SETOR IFES	0,00	SETOR IFES	1.481,04
Diárias	0,00	Diárias	489,00
Passagens	0,00	Passagens	992,04
REPASSES	11.388,89	REPASSES	11.263,76
Andes SN	10.712,40	Andes SN	10.593,52
Andes Mobilização	248,00	Andes Mobilização	246,50
Andes Solidariedade	428,49	Andes Solidariedade	423,74
Rateio Andes	0,00	Rateio Andes	0,00
REUNIÃO GTS	2.158,40	REUNIÃO GTS	0,00
Diárias	424,75	Diárias	0,00
Hotel	336,60	Hotel	0,00
Passagens	1.397,05	Passagens	0,00
PERDAS PATRIMONIAIS	0,00	PERDAS PATRIMONIAIS	0,00
Baixa do Ativo Imobilizado	0,00	Baixa do Ativo Imobilizado	0,00
RESULTADO DO MÊS	1.963,54	RESULTADO DO MÊS	18.075,61

APESJF na luta

Processo eleitoral para escolha de Reitor da U

O processo eleitoral para a escolha do novo reitor na UFJF já foi deflagrado com a instalação da Comissão Eleitoral, realizada em reunião no dia 20/03, na sede da APESJF. A questão já foi discutida no Consu e a um calendário de atividades já foi aprovado pela Comissão (veja ao lado).

A Comissão é formada pelo Presidente: Sebastião Girardi (Sintufejuf), Vice-Presidente: Paulo Villela (APESJF), 1a. Secretária: Marina Terra (DCE), e o 2o.

Secretário: Joacir Melo (APESJF). Outros membros são Moacir do Valle Junior (Sintufejuf), Ana Livia Coimbra (APESJF - Suplente) - Coordenadora de Comunicação.

A indicação do Reitor da UFJF, desde a década de 80, vem sendo realizada democraticamente pelo conjunto dos três segmentos, Professores, Técnicos-Administrativos e Estudantes.

A comunidade, mais uma vez, espera que o resultado do processo seja respeitado.

Foto Danniel Goulart



Comissão Eleitoral em sua primeira reunião

Calendário Eleitoral

Primeiro Turno

Inscrição de chapas:

15 e 16 de abril,
de 16 às 18 hs;

Homologação das
candidaturas:

17 de abril;

Início da campanha:

19 de abril;

Término da campanha:

18 de maio;

Eleição

19 e 20 de maio;

Divulgação do resultado:

21 de maio;

Segundo Turno

Início de campanha:

22 de maio;

Término da campanha:

7 de junho;

Eleição:

8 e 9 de junho;

Divulgação do resultado:

10 de junho.

Debates

1º turno

27 de abril, 5 de maio,

17 de maio;

2º turno

26 de maio e 1º de junho.

Oito de março foi marcado por protestos

A APESJF comemorou o dia 8 de março, dia internacional da mulher, com o envio de mensagem e brinde a todos os docentes filiados, e com a participação em ato público, organizado pelo Comitê Central Popular.

A manifestação se deu na Praça da Estação e os participantes se deslocaram em passeata até à Câmara dos Vereadores. O ato foi uma chamada à reflexão sobre as precárias condições de vida e trabalho da mulher brasileira.

No mesmo dia,

foi realizada uma reunião entre o prefeito e representantes de ocupações em áreas de Juiz de Fora.

Para conseguir a audiência com o prefeito, mais de 100 moradores de 7 comunidades, organizadas pela Assembléia Popular, ocuparam a entrada da Prefeitura, exigindo reunião imediata com o prefeito Custódio Mattos (PSDB). Uma comissão, formada por um membro de cada comunidade e um representante do Comitê Central Popular, representou o



Faixas em frente à câmara marcaram o ato

movimento. O prefeito indicou o início de várias obras e, para três comunidades, a proposta foi de remoção. No entanto o movimento vai ouvir a comunidade antes de aceitar a idéia

da remoção. O ato ampliou divulgação da luta das mulheres e a defesa de seus direitos diante das opressões que sofre e também da exploração por que passa

Professor

O desejo da maioria dos professores do antigo Colégio Técnico Universitário em conjunto com o esforço da delegação de Juiz de Fora no 29º Congresso do ANDES-SN modificou o estatuto do ANDES-SN. Assim, os docentes do agora denominado Campus Juiz de Fora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais poderão continuar sindicalizados na APESJF.

O problema inicial era que o Regimento da APESJF, de acordo com o Estatuto do Sindicato Nacional, não permitia a multiinstitucionalização, ou

UFJF já tem calendário definido

panha:

campanha:

o resultado:

de maio, 13 de maio;

1º de junho

BR 440

APESJF assina carta Denúncia

A APESJF, em conjunto com a OAB e várias entidades da sociedade civil organizada, assinou a Carta Denúncia que pede a suspensão das obras da BR 440. A rodovia, que está em fase de construção, pretende ligar a BR 267 à 040, cortando os bairros Democrata, Vale do Ypê, Borboleta e São Pedro.

O ato de assinatura do documento ocorreu na Câmara dos Vereadores e contou com o apoio de políticos e representantes de várias SPMs dos bairros afetados pela rodovia.

A Carta Denúncia foi entregue Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do

Estado, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, apontando a inexistência de estudo de impacto ambiental causado pelas obras e pelo tráfego intenso que possivelmente vai ocorrer ao longo da via; sinaliza ainda a falta de um projeto executivo e o prejuízo social e urbanístico causados por uma via que vai cortar ao meio bairros inteiros, desconfigurando a paisagem urbana.

O representante do Instituto de Arquitetos do Brasil em Juiz de Fora, José Lopes Esteves, defendeu no ato o pensamento moderno que prevê a construção de anéis viários, que solucionam o trânsito de



Prof. Márcio Antônio de Oliveira, assina carta denúncia

veículos pesados nas grandes cidades sem cortá-las ao meio.

Outra luta implementada pelo movimento social na mesma área pretende alertar a sociedade para os riscos ambientais da rodovia que vai ligar a BR

040 ao aeroporto de Goianá.

A reunião do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), adiou a a decisão para Abril, no entanto, a pressão para que a obra seja paralisada é grande.

es do antigo CTU se mantêm na APESJF

seja, que a APESJF pudesse representar professores de mais de uma instituição do mesmo setor do ANDES, no caso das Federais, o que agora foi modificado.

Os docentes, desde o início do processo de desligamento da UFJF, sabiam dessa dificuldade. “Nós tínhamos a opção de montar uma nova seção sindical, mas isso foi descartado em prol da tentativa de mudar o regimento e permanecermos no sindicato, já que a APESJF já conta com uma estrutura pronta”, afirma Paulo Ignácio, professor do IFET. Agora com o

primeiro obstáculo vencido, o próximo passo é a modificação do Regimento da APESJF, que deverá ser aprovado em assembléia, com ratificação no próximo Congresso do ANDES-SN.

O Colégio Técnico Universitário foi desligado juridicamente da UFJF em dezembro de 2008.

O ano de 2009 serviu como transição, com a criação de uma reitoria e vários órgãos necessários à autonomia do IFET.

Esta instituição congrega os campi Barbacena, Rio Pomba e Muriaé, com núcleos avançados em Santos Dumont e São João Del Rey.



Professores da APESJF votam no 29º congresso do ANDES-SN

29º Congresso defende liberdade sindical

Com o tema “Contrarreforma Universitária, ataques à Carreira e ao trabalho docente: desafios do ANDES-SN na luta em defesa da Universidade Pública”, O ANDES-SN realizou, no período de 26 de janeiro a 1 de fevereiro de 2010, o seu 29º CONGRESSO em Belém/PA. Os 305 delegados e os 38 observadores presentes, representando os docentes das IES, voltaram a mostrar a força do verdadeiro sindicalismo autônomo, independente em relação a governos, partidos e patrões.

Foram seis dias de intensos debates que, não raro, adentraram a noite, utilizando-se de seus instrumentos clássicos da democracia direta: discussões em grupos e posterior decisão em plenárias.

Confira abaixo os pontos aprovados como Eixos para a luta no ano de 2010:

A valorização do trabalho docente nas universidades, contra todas as formas de sua precarização;

a luta em defesa de uma universidade pública, estruturada com base no princípio constitucional de autonomia;

ações contra as tentativas de subordinação do sindicato a diretrizes que emanam dos governos;

E contribuição ativa e decisiva, no âmbito da CONLUTAS, no processo de unificação e construção de uma nova central, classista, sindical e popular.

ANDES vai participar de criação de nova central

Os docentes reunidos no 29º Congresso do ANDES aprovaram a participação do sindicato no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que será organizado em junho de 2010, pela CONLUTAS, INTERSINDICAL e demais movimentos sociais que participam do processo de reorganização e unificação da classe trabalhadora. Este Congresso deverá discutir e deliberar sobre a criação de uma entidade unificada.

Considerando o número de trabalhadores da base do ANDES-SN e de acordo com os critérios de representação aprovados pela Coordenação Pró-Central Unificada (de 2 delegados por entidade mais 1 delegado a cada 1000 trabalhadores), o ANDES tem direito a um total de 350 delegados. A escolha desta delegação se baseará no seguinte critério: serão três delegados da Diretoria do ANDES-SN e demais delegados das Seções Sindicais, eleitos em assembleia, respeitando o regimento do Congresso e a proporcionalidade entre as Seções Sindicais, a ser apresentada pela Diretoria do ANDES-SN.



Foto Eduardo Leão

ANDES fará banco de dados sobre docentes aposentados

A seguridade social, direito incontestável dos trabalhadores, também mereceu destaque nas discussões do 29º Congresso, visando a intensificar a luta do sindicato em defesa dos docentes na perspectiva de garantir-lhes na aposentadoria, os direitos conquistados durante sua vida laboral. Assim, o 29º

Congresso deliberou que do ANDES-SN deve realizar um levantamento nacional sobre o perfil do docente aposentado das IES, sob a coordenação do GTSS/A do ANDES-SN e da Encarregatura sobre os Assuntos de Aposentadoria, com o apoio das Seções Sindicais do ANDES-SN, constituindo um banco de dados sobre esse segmento

docente.

Deverá ainda empenhar sua capacidade de mobilização junto às instâncias competentes do governo federal para tornar realidade a reivindicação, tardia mas justa, de implantação concreta de uma Política Nacional de Aposentadoria.

Outra deliberação indica que o ANDES

deverá encabeçar uma luta no Congresso Nacional pela aprovação de uma lei que restabeleça a vinculação entre os proventos dos professores da ativa e os aposentados do 1º e 2º Grau e do Ensino Superior, bem como dos pensionistas.

O Congresso determinou que o ANDES deverá se empenhar para a constituição, no âmbito da

CONLUTAS, de um GT de Seguridade Social em suas instâncias nacionais e regionais, levando as contribuições e posicionamentos do ANDES-SN como subsídio à definição de seus posicionamentos e seus planos de luta, tomando como tarefa central a constituição dos fóruns locais de defesa da seguridade social.

Por um sindicato autônomo Congresso aprova ações afirmativas

A partir das discussões ocorridas no 29º Congresso, os docentes fizeram um alerta à sociedade para o aumento da ingerência governamental sobre as universidades, o que representa um ataque ao preceito constitucional de sua autonomia. Um exemplo disso é o decreto presidencial 6.944, de 21 de agosto de 2009, que concentra poder na figura do Ministro do Planejamento e tenta impor a todas as esferas da administração federal a lógica contratual de gestão por resultados, o que resulta no produtivismo individualista, competitivo e a qualquer custo, e seu atrelamento aos processos

de avaliação institucional e de financiamento da educação pública.

Nesse sentido, o Congresso defendeu a total autonomia política e administrativa da universidade frente ao governo; pela sustentação integral da universidade pelo Estado.

Defendeu ainda uma administração universitária formada por um conselho tripartite, eleito proporcionalmente, ao peso de cada segmento em assembleias por faculdade e responsável diante da assembleia geral universitária, que seria soberana com novos estatutos para a universidade elaborados livremente por ela.

O 29º Congresso do ANDES-SN se posicionou favoravelmente à Políticas de ações afirmativas em relação a segmentos desfavorecidos da sociedade, incluindo a destinação de cotas diferenciadas para o ingresso nas universidades públicas.

Assim, os docentes decidiram que o ANDES deve lutar pela implantação de políticas afirmativas, como parte de políticas universalistas de acesso a educação em seus diferentes níveis e modalidades, com a garantia de



Foto Eduardo Leão
Grupo de Trabalho do Congresso em reunião

permanência, bem como o acesso à pesquisa e ao mercado de trabalho. O sindicato se posicionou favoravelmente ao sistema de cotas, como política transitória para a universalização do acesso e permanência à

educação superior.

Como fomento às discussões o sindicato deverá realizar um Encontro Nacional em 2010 sobre democratização do acesso à universidade, políticas de permanência

Convidado especial do 20º Congresso do ANDES-SN, o militante haitiano Franck Séguy, emocionou os docentes com a história de resistência do povo daquele país. Séguy, que completou seu mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, no fim do ano passado, foi

surpreendido com a notícia do primeiro terremoto (no dia 13) poucos dias antes de embarcar de volta para o seu país.

De acordo com o militante haitiano, o período que se seguiu aos terremotos, com a chegada de milhares de soldados norte-americanos, significa a quarta vez, na história, que os EUA

ocupam o Haiti: “Nem o governo brasileiro, nem o americano mandam médicos, enfermeiros; mandam apenas militares. Como se fosse uma situação de guerra. Isso deixa claro que a intenção não é com o povo haitiano, mas explorar a mão de obra, que é a mais barata da América latina”, denunciou.



Foto Eduardo Leão

Reformas educacionais na globalização

Parte 2

Professor Lourival Batista de Oliveira Júnior

No meu artigo anterior ao comentar as contribuições do economista Martin Carnoy ao debate relativo às políticas públicas educacionais na América Latina chamei a atenção para que as reformas educacionais observadas nas últimas décadas poderiam ser classificadas em três grandes tipos básicos (1 - reformas fundadas na competitividade, 2 - reformas fundadas nos imperativos financeiros, e 3 - reformas fundadas na equidade).

O artigo concluía que a era FHC se notabilizou por viabilizar as reformas movidas por imperativos financeiros a partir da mudança do quadro institucional valendo-se da nova LDB e dos vetos ao Plano Nacional de Educação e que no governo Lula, apesar do não rompimento com o estilo de reforma anterior, observa-se a presença de alguns elementos de reformas orientadas pela equidade embora com diversos equívocos conceituais.

Essas afirmações são passíveis de contestação e de alguma demonstração. É a partir deste quadro que serão feitas algumas observações.

No dia 26 março passado no mínimo 16 pessoas (incluindo sete policiais) acabaram se ferindo em um confronto entre a polícia militar de São Paulo e manifestantes durante uma assembleia dos professores estaduais realizada em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Este confronto que teve direito a bombas e encaminhamentos ao hospital Albert Einstein é mais um episódio da recente greve do professorado da educação básica do Estado de São Paulo.

Os resultados educacionais na educação básica no Estado de São Paulo, assim como, de forma geral no Brasil nos últimos anos refletem exatamente a manutenção de uma ação educacional guiada pelos imperativos financeiros. De fato, a não implementação correta do ciclo básico traduzida na prática em aprovação automática associada à ênfase quantitativa da busca de resultados meramente formais trouxe como consequência números que, se de um lado, apresentam redução de taxas de analfabetismo e a quase universalização da educação básica, por outro, revelam a timidez na redução do analfabetismo, assim como, conquistas quantitativas desacompanhadas de qualidade.

A preocupação diga-se de passagem, pertinente do estabelecimento de medidas de avaliação educacional por parte dos governos estaduais e do federal vem demonstrando que o crescimento de matrículas e formaturas passou a ter pouca contrapartida com o desenvolvimento de capacidades e habilidades que os economistas costumam definir como capital humano. Ou seja, a avanço do número de anos

estudados não estaria trazendo como contrapartida maior capacidade para a vida econômica e nem para os requisitos mínimos de cidadania. Apesar proliferarem as avaliações como SARESPs e ENEMs, obtendo ano a ano os mesmos resultados, pouco ou nada se vê de políticas corretivas dos resultados encontrados.

Tal inoperância torna-se mais afeita à críticas, na medida em que, podem ser identificados os problemas mais graves ao ponto da individualização da informação. Na prática poder-se-ia chegar às escolas, alunos e professores que estivessem demandando atenção especial e corrigir qualquer trajetória não desejada.

De forma geral, se o que são observados são os imperativos financeiros, a conta sempre é feita de trás para frente: primeiro são separados os recursos e depois distribuídos sem o questionamento da suficiência dos mesmos.

Destarte, pode-se voltar à pancadaria paulista que também não deixa de ser maranhense, mineira (juizforana) ou sulista, enfim brasileira. A partir de propostas de se pagar professores de acordo com sua “produtividade” são estabelecidos planos e avaliações que deixam de lado o básico: pagamento de remunerações minimamente atrativas para os profissionais que se dedicam.

Uma questão simples pode deixar clara esta constatação acaciana.

Não há como discordar que tanto a profissão médica como a de educador são associadas a um alto reconhecimento de sua importância social. No entanto, apesar de nos últimos anos ter sido observado o aviltamento das remunerações dos médicos e da melhoria dos pisos salariais dos profissionais da educação, a distância entre os retornos econômicos dos egressos de medicina e de pedagogia continuam muito grandes. Por isso não é de espantar que a menor nota de corte para o curso de Pedagogia possa ser 24% dos pontos possíveis contra 65% dos pontos possíveis dos candidatos do curso de medicina.

As cobranças da atuação dos profissionais de educação são necessárias e bem vindas, no entanto, não há muito o que se exigir se não são dadas perspectivas mínimas como salários, planos de carreira, incentivos, treinamentos e até recompensas por desempenhos superiores à média.

Se isso não ocorrer só se confirmarão os limites de políticas educacionais orientadas para a equidade como PROUNIs, REUNIs e AÇÕES AFIRMATIVAS, pois o máximo que as mesmas nesse contexto poderão obter será uma inserção marginal e incompleta de poucos participantes deste processo.